

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

26 de Abril a 02 de Maio de 1992 Nº 35

ANGOLA: a saída de Pinto de Andrade do PRD agita os bastidores da política angolana

Joaquim Pinto de Andrade, figura histórica da luta pela independência de Angola, antigo dissidente do MPLA, deixou o Partido Renovador Democrático (PRD), após ser afastado da respectiva presidência pela convenção nacional. O cargo será ocupado por Luis dos Passos, que detinha a função de secretário geral.

O afastamento de Pinto de Andrade pode ser traduzido como a vitória da corrente identificada com o movimento de 27 de maio, liderado por Nito Alves. Apesar da aliança na cúpula do partido entre os antigos elementos da revolta ativa e os "nitistas", o mesmo não acontecia nas bases, que lutam pela adoção do ideário esquerdista de Nito Alves, como estratégia de ação do PRD. No entanto, o setor mais moderado do PRD recusa-se a aderir a tal identificação, por temer a redução do programa do partido a "ideias esquerdistas já ultrapassadas pelos fatos."

O posicionamento defendido pela ala moderada do PRD, de distanciamento daquelas que provocaram a guerra, não agrada ao líder da UNITA, Jonas Savimbi, que procura o apoio de algum dos chamados "partidos emergentes", para formar uma frente contra o MPLA. Numa referência clara a Pinto de Andrade, líder desta ala moderada, Savimbi criticou os que "adormeceram quando os cubanos entraram em Angola e só acordaram depois dos acordos de Bicesse." Esta crítica e o posterior afastamento de Pinto de Andrade já está sendo visto, por alguns diplomatas, como um primeiro passo para uma futura aliança entre o PRD e a UNITA. As fontes diplomáticas afirmam que os americanos condicionaram a ajuda financeira ao PRD, a uma aliança com a UNITA, desta forma ganhar-se-ia parte do eleitorado urbano do MPLA. Este, por sua vez, acena com a possibilidade de uma aliança com a FNLA e a adesão de Joaquim Pinto de Andrade. O MPLA prepara-se também para rebater a "onda Nito Alves", através da ligação entre os participantes do 27 de maio e a ala mais ortodoxa da ex-URSS.

O clima político em Angola subiu de temperatura após as declarações de Savimbi, quanto as eleições em setembro, de que caso não ocorram na data marcada o governo deve ser responsabilizado pela desgraça que acontecer. Segundo o líder da UNITA, "o compromisso entre a UNITA e o governo cessa no dia 30 de setembro" (p.5-6).

Nesta Edição

João Bravo da Costa sobre o estatuto jurídico de Cabinda e a questão da integridade territorial angolana

p.3-4

Angolanos discutem no Rio de Janeiro retorno ao seu país

p.5

Governo da Guiné-Bissau pretende fazer avançar o processo eleitoral

p.7

ANC no Parlamento sul-africano

p.10

SAO TOMÉ E PRÍNCIPE: Demissão do primeiro-ministro por fim à crise política?

Miguel Trovoada, presidente de São Tomé e Príncipe, demitiu no dia 22 de abril o primeiro-ministro Daniel Daio, eleito em janeiro de 1991, nas primeiras eleições pluripartidárias no país. Observadores consideram que este ato de Trovoada é fruto da rejeição popular ao governo de Daio, que vem aplicando um programa de ajustamento estrutural, sob a orientação do FMI, com efeitos negativos nas condições de vida da população. Trovoada solicitou ao PCD, partido no poder, a constituição de um novo governo, o que é duvidoso, pois a bancada parlamentar do partido recebeu pessimamente a decisão do presidente; diz uma fonte citada por Manuel Dende, correspondente do jornal português *Público*, que "em caso de formarmos um novo governo, apresentaremos os mesmos elementos." Isto pode conduzir ao agravamento da crise, sendo possível a dissolução do parlamento e a convocação de novas eleições (p.7 e 9).

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

PORTUGAL/PALOP: Debate sobre a cooperação

A II. Semana da Cooperação realizou-se em Lisboa, entre 21 e 24 de abril, tendo sua sessão de abertura sido presidida por Durão Barroso, titular da Secretaria de Estado para o Desenvolvimento e Cooperação portuguesa. Os representantes dos PALOP na conferência foram: João Bonfim, ministro de Assuntos Sociais de São Tomé e Príncipe; Jacinto Veloso, ministro da Cooperação, e Aniceto dos Munchangos, ministro da Educação, de Moçambique; Johnny Pinnock, vice-Ministro da Cooperação, e António Buriti, ministro da Educação, de Angola; Manuel Faustino, ministro da Educação, de Cabo Verde; e Alexandre Furtado, ministro da Educação da Guiné-Bissau. A reunião "5+1" prevista para o dia 22 não teve lugar, devido ao não comparecimento do ministro português Couto dos Santos.

Durante os debates, Furtado propôs uma reunião conjunta entre os PALOP e os organismos internacionais que financiam programas na área educacional, visando uma coordenação de iniciativas, de forma a evitar os desequilíbrios resultantes da ausência de integração entre projectos. Furtado destacou ainda dois pontos extremamente importantes: o êxodo de quadros africanos para o exterior (Furtado: "Só na Europa existem 70 mil quadros africanos") e o fato de que nem sempre a concessão de bolsas de estudos a nível universitário (com o que Portugal gastou cerca de US\$33 milhões em 1991) é vantajosa para os PALOP, uma vez que os cursos não são definidos tendo-se em vista os interesses e prioridades de cada país, e sim a sua disponibilidade, o que leva a que numerosos graduados não encontrem empregos, além de muitos bolsistas optarem por fixar residência no exterior.

Jacques Hallak, diretor do Instituto Internacional para a Planificação da Educação, proferiu uma palestra sobre a exclusão escolar, destacando o dado de que 100 milhões de crianças sequer chegam a entrar na escola, em todo o mundo.

Tão importante quanto a agenda oficial da Semana foi o conjunto de reuniões informais entre os participantes, nelas sendo acertados diversos projectos a serem postos em prática futuramente (p.1-2).

ÁFRICA DO SUL: organização e divisão do poder - eis a parte fundamental da transição sul-africana

De Klerk pôs a primeira carta na mesa. Como a questão de fundo para o Partido Nacionalista (PN) é limitar o previsível avanço do ANC, de Klerk propôs eleições gerais para formar um executivo provisório, um colegiado de três ou de cinco membros para administrar a África do Sul durante a transição.

As primeiras implicações que tamanho plano teria se expressaria na permanência do PN, na possibilidade do Partido Conservador alcançar representatividade para integrar tal conselho executivo (que certamente abrigaria o Partido Inkatha), e principalmente, se constituiria numa armadilha política para o ANC, que em futuras eleições gerais, alcançando a maioria, ficaria em igualdade perante forças políticas minoritárias (talvez até étnicas) e conservadoras. Seria, na prática, uma prisão política para a maioria, o que torna esta proposta simplesmente inaceitável.

Por outro lado, a crescente violência não encontra paradeiro. De Klerk, ao recusar a idéia de abrir a África do Sul a uma força internacional de paz, recusa que se apoia na defesa da soberania do Estado, não encontra por parte do mesmo Estado medidas concretas para intervir no processo.

O PN parece estar controlando a transição e manobrando visando obter ganhos - que obrigatoriamente representam sempre perdas para o ANC - com a violência e a divisão entre a maioria. Uma mudança de estratégia talvez se torne urgente. O ANC e demais forças progressistas, incluindo brancos de todas as matrizes políticas, além de mestiços e índios, que apoiam a causa por uma África do Sul democrática, precisam se mobilizar para serem os principais atores no palco político sul-africano, retirando de De Klerk o papel de ator principal.

O caminho é longo e difícil, mas requer sabedoria política. A opção de deputados de Partido Democrática (PD) pelo ANC é um sinal demonstrativo que há brechas nos pilares políticos sul-africanos. É preciso, então, ocupá-los, pois a luta se alongará, se tornando necessária a constante conquista de posições (p.10, 11 e 12).

MOÇAMBIQUE: os problemas se sucedem, e a paz ainda parece estar distante

O ecossistema, a população e a economia moçambicana sofrem as consequências do maior desastre ecológico na história de Moçambique. O turismo, a pesca (e demais recursos marinhos) e as comunidades costeiras estão ameaçadas.

Enquanto isso, mesmo não havendo relações diplomáticas entre Pretória e Maputo, e sim apenas uma representação comercial, empresários sul-africanos instalaram-se em diversas áreas da economia moçambicana, particularmente para a recuperação do setor hoteleiro, como ocorre com o histórico Hotel Polana.

Quanto ao acordo de paz, este parece estar longínquo. As duas partes não nutrem entre si uma inteira relação de confiança, e a Renamo ainda poderia estar aguardando o desfecho das eleições em Angola, previstas para setembro. Por sua vez, o presidente Joaquim Chissano só aceita encontrar-se com Afonso Dhlakama quando for possível estabelecer a paz e, por outro lado, o líder da Renamo (talvez pressionado pelo Secretário Adjunto para os Assuntos africanos dos EUA, Herman Cohen) aceitou que, nas conversações de Roma, as questões militares sejam discutidas, mas que se acrescente a este ponto da agenda a antecipação das alterações constitucionais exigidas pela Renamo.

Fresa em tais questões, alguns já preveem que a paz em Moçambique só se torne possível em 1993, prolongando desta forma os graves e sucessivos problemas que castigam a população (p.7 e 8).

Cabinda e a integridade territorial de Angola

CABINDA está de novo na ordem do dia na vida política angolana. A separação desta província de Angola é reivindicada pela corrente separatista, que conta com a acção de guerrilha violenta conduzida pela Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). Para fundamentar a tese separatista, invoca-se o chamado Tratado de Simulambuco como prova de que o documento consubstancia uma personalidade própria do enclave autónoma de Angola e um relacionamento directo com Portugal.

Simplemente, em minha opinião, uma tal argumentação assenta em premissa falsa da natureza e conceito do próprio documento emanado de Simulambuco. Pois pretendo demonstrar neste trabalho que o Tratado de Simulambuco não é o único tratado existente no enclave de Cabinda e nem tem o valor e o significado que vulgarmente lhe são atribuídos como instrumento legal.

Em 29 de Setembro de 1883, Portugal celebrou o Tratado de Chinfuma com representantes dos povos de Lândana, Massabi e Chinchocho, da área compreendida entre o rio Massabi e o Malembo. Este tratado, porém, não tem merecido a atenção que o seu congénere de Simulambuco desperta nos defensores da separação de Cabinda. Na génese desta situação anómala estarão, a meu ver, entre outros factores, as circunstâncias singulares internacionais que determinaram o recurso ao Tratado de Simulambuco como forma de ocupação territorial, numa altura

em que a Conferência de Berlim se ocupava da partilha do continente negro; a intervenção no tratado de entidades representativas dos cabindas, dos quais proveio o nome para o próprio enclave; e certas expressões usadas no texto.

Tudo isto terá contribuído para que o Tratado de Simulambuco seja mais conhecido e considerado mais importante do que o Tratado de Chinfuma. Mas vejamos o que é precisamente o Tratado de Simulambuco.

Designação não é correcta

O Tratado de Simulambuco é um acordo celebrado entre Portugal e os povos de Cabinda em Simulambuco, uma sanzala dos arredores da cidade de Cabinda localizada no itinerário Cabinda-terminal petrolífero de Malongo, em 1 de Fevereiro de 1885. O acordo foi precedido de uma petição formulada pelos mesmos representantes dos cabindas no mesmo local em 22 de Janeiro de 1885.

É esse acordo que vulgarmente é designado como tratado. Porém, rigorosamente falando, tal designação não é correcta porque um tratado pressupõe a existência de acto de vontade expresso de forma escrita entre sujeitos de direito internacional, agindo como tais, do qual resulte a produção de efeitos jurídicos. Ora, conquanto ele se possa considerar como sendo acto voluntário, como decorre do seu artigo 1º, o certo é que os chefes locais que o proferiram não represen-

tavam nenhum sujeito de direito internacional, entendido este, claro, como conjunto de regras costumeiras ou contratuais que regem a sociedade internacional. Representavam, isso sim, uma variedade de subgrupos do grupo étnico dos cabindas, habitantes de um território que não era estado e muito menos soberano.

Apenas vinculava cabindas, ou seja, os povos a sul de Malembo, visto que os do Norte estavam vinculados ao tratado de Chinfuma de 1883. Portanto, a validade do Tratado de Simulambuco estava circunscrita àquela parcela territorial e não ao enclave no seu conjunto. A limitação provém não só do próprio documento em si mas também da existência do já referido tratado de Chinfuma de 1883. De facto, o enclave não era povoado só por cabindas e os povos que viviam para lá de Malembo já tinham encontrado pela via negocial o seu «modus vivendi» com os portugueses, antes dos cabindas.

O conceito de protectorado

O objectivo do tratado não foi converter o enclave em «protectorado de Portugal», como se pretende. Pois não é essa a conclusão a que nos conduz a análise do texto. Começamos pelo artigo 1º: «Os príncipes e mais chefes do país e seus sucessores declaram voluntariamente reconhecer a soberania de Portugal, colocando sob o protectorado desta nação todos os territórios por eles governa-

Em rigor, Cabinda não é nem protectorado de direito internacional nem sequer protectorado de direito interno. Para se compreender a situação jurídica do enclave torna-se indispensável analisar o momento histórico da sua ocupação por Portugal e interpretar e integrar devidamente o texto produzido em Simulambuco

João Bravo da Costa*

dos». E acrescenta o artigo 3º: «Portugal obriga-se a fazer manter a integridade dos territórios colocados sob o seu protectorado». Ora, quanto a mim, estes dois artigos podem de facto gerar equívocos visto que a expressão «protectorado» neles consagrada traduz uma figura jurídica de contornos mal definidos. Por isso importa desde logo frisar que o termo protectorado não significa de modo nenhum uma situação de protectorado de direito internacional como aquela que existiu por exemplo em Madagascar e na Tunísia antes das respectivas independências da França. Com efeito, neste sentido o protectorado resulta sempre de um tratado internacional no qual um Estado se coloca sob a dependência de outro Estado de civilização superior, e lhe confia, em contrapartida da sua protecção, o direito de gerir as suas relações exteriores e de intervir na sua administração interna, sem perder a sua personalidade internacional (L. Delbez).

Ora, esta definição parece suficientemente clara para, à luz do que atrás já disse sobre

tratados, se afastar a ideia de que Cabinda é protectorado de direito internacional.

E se considerarmos o território como protectorado de direito interno? «Quid juris»? Também aqui a situação de protectorado criada pelo tratado de Simulambuco não se ajusta ao conceito de «protectorado colonial», também conhecido por «pseudoprotectorado», que foi uma forma de anexação de territórios coloniais utilizada no século passado sobretudo pela Inglaterra, quer através de acordos com chefes indígenas, os quais não representavam, já se vê, nenhum sujeito de direito internacional, quer mediante declaração unilateral do estado colonizador. Mas o acordo de Simulambuco vincula povos de um diminuto espaço territorial, não se podendo alargar o âmbito da sua aplicação a todo o território do enclave, sob pena de se tomarem por cabindas todos os grupos étnicos do enclave, incluindo aqueles que já em 1883 haviam celebrado com Portugal o seu próprio acordo — o Tratado de Chinfuma.

Portanto, em rigor, Cabinda



depois a Alemanha de Bismarck, que deixou de dar o seu habitual apoio aos ingleses e, ignorando as divergências fronteiriças que opunham o seu país à vizinha França, se aliou assim mesmo a esta potência, tendo-lhe feito ofertas de colaboração colonial, no intuito de evitar que ela entrasse em acordo com a Inglaterra. A França e a Inglaterra antagonizavam-se em África na disputa pela utilização do Alto-Níger.

As relações internacionais eram praticamente dominadas pelas questões coloniais das bacias do Níger e do Congo, como o prova o facto de terem absorvido inteiramente os trabalhos da Conferência de Berlim.

Auxílio e protecção

Em face disso, era muito natural que os cabindas, receando a sorte do seu futuro, ameaçado pela cobiça de potências estrangeiras, aproveitassem a tripulação da corveta portuguesa «Rainha de Portugal», ancorado no porto de Cabinda, para negociarem com os portugueses um acordo de protecção e auxílio para o desenvolvimento que necessitavam, afastando deste modo a ocupação das suas terras por outros europeus que rejeitavam ou que mal conheciam. Diga-se a talhe de foice que os cabindas já se sentiam ligados aos portugueses por costumes, hábitos e relações de amizade, como de resto frisaram bem claro os dignitários que subscreveram a petição que antecedeu o tratado.

Este breve perfil histórico do Tratado de Simulambuco demonstra que o acordo a que se referem os seus dois primeiros artigos significa nada mais nada menos do que a protecção e auxílio que Portugal prometeu (art.2º) sob a forma especificada nos artigos seguintes, a saber: manutenção da integridade territorial (art. 3º); limites ao direito de propriedade de terras mediante a obrigação dos proprietários que quisessem vender ou alienar os seus terrenos para estabelecimento de feitorias de negócio ou outras indústrias particulares submeterem os respectivos contratos à ratificação das autoridades portuguesas (arts.4º e 6º); liberdade de comércio ou trânsito de todas as nações, desde que respeitassem o domínio de Portugal na região (arts. 3º e 7º); interdição do tráfico de escravatura (art. 7º, parágrafo único); respeito de Portugal pelos usos e costumes locais (art. 9º). Em contrapartida, Portugal tinha o exercício da soberania (na expressão do art. 5º, domínio), incluindo o direito de mandar edificar no território os seus estabelecimentos militares, administrativos ou particulares, lê-se no art. 10º.

Direito de soberania

Todavia, Portugal nunca exerceu direitos de protectorado quer sobre o enclave no seu conjunto quer sobre o diminuto perímetro territorial dos cabindas. Exerceu sim direitos de soberania desde sempre, os quais lhe conferiam a ocupação real e efectiva do enclave, conseguindo

de modo pacífico e solene pela via negocial com os chefes indígenas aquém e além Malambo.

Há quem considere ilícita a administração do enclave subordinada a Luanda, estabelecida por Portugal, pretendendo-se com isso impugnar a integração de Cabinda na organização administrativa de Angola. Sobre este ponto devo dizer que não só os cabindas nunca reivindicaram a administração directa a partir de Lisboa em protesto contra o sistema administrativo então instituído como também este se enquadra perfeitamente na letra e espírito do acordo de Simulambuco. Na verdade, prevê-se aí que os actos administrativos que fossem praticados pelas autoridades portuguesas seriam da competência dos comandantes dos navios de guerra portugueses ancorados no porto de Cabinda, nos quais o Governo real de Lisboa delegava os seus poderes. Fimda a missão da corveta «Rainha de Portugal» e de outros navios a administração do enclave foi colocada sob a dependência directa da administração geral de Angola.

Em suma, o Tratado de Simulambuco é um documento precioso para o estudo da constituição territorial do Estado de Angola e da definição das suas fronteiras. Com efeito, a ocupação colonial de Angola foi um processo longo e complexo de conquista progressiva de terras mediante a subjugação dos povos pela força das armas e mediante persuasão pela via negocial.

* Advogado

Cronologia de um encontro com a história

O Ana Margarida Matos*
s relógios do Convento de Vilaverde, a poucos quilómetros de Évora, marcavam as 17 horas e 45 minutos quando as delegações do Governo angolano e da UNITA se encontraram pela primeira vez para falar de paz em Angola.

Naquela terça-feira, 24 de Abril de 1990, Durão Barroso, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, sentiu bem o peso da difícil missão que tinha entre mãos. Na memória recente estava o falhanço das negociações de Gbadolite. Aperto de mãos sem qualquer valor entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi e, sobretudo, Mavinga, onde soldados da UNITA e do Governo combatiam intensamente por cada palmo de terra angolana. Mais para trás estavam 15 anos de guerra pós-independência, dezenas de milhares de mortos e centenas de milhares de feridos, estropiados e desaparecidos.

Eram poucos os que sabiam do encontro marcado em Évora. Em segredo absoluto, foi agendado para dois locais diferentes e pouco distantes: o Convento de Vilaverde e a propriedade Monte da Rocha. Durão Barroso esteve muito tempo nesta quinta, para onde as delegações angolanas deveriam vir, caso alguém descobrisse o primeiro lugar acordado. Não foi necessário. A segurança discreta da GNR e da Guarda Fiscal foi eficaz e ninguém suspeitou que, nas instalações da Universidade de Évora, angolanos e portugueses davam os primeiros passos para a paz em Angola. As nego-

ciações estariam concluídas 402 dias depois.

Em representação da UNITA, veio de Bona o general Mango Alicerces e, de Paris, Paulo Lukamba ("Gato") e ainda Tony da Costa Fernandes. Pelo Governo angolano, António dos Santos Ndalu, chefe do Estado-Maior das FAPLA, António Pitra, jurista do Ministério dos Negócios Estrangeiros angolano, e Cirilo Sá ("major Ita").

Ainda o sol era muito quando as delegações se sentaram à mesma mesa com Durão Barroso. Todos estão de acordo que a expressão "negociações de paz" fica para mais tarde. Agora, ficam apenas estabelecidos "contactos exploratórios" para a paz em Angola. Na acta desta primeira reunião escreve-se que tanto o Governo angolano como a UNITA estão disponíveis para fazer "uma abordagem aos princípios fundamentais do processo de paz".

Toma então a palavra o jurista António Pitra para dizer: "O Governo quer resolver os assuntos de forma séria." Como método de trabalho, propõe algumas das ideias contidas no documento "Princípios do Governo Angolano para a Instauração da Paz em Angola".

Imediatamente lhe responde o general Mango Alicerces: "A UNITA concorda com algumas das ideias apresentadas pelo Governo do MPLA, mas entende que é fundamental um clima que permita a continuação das negociações sem intermediário."

No primeiro dia de reunião, o Governo de Luanda apresenta então um documento de nove pontos que seria de-

batido apenas no dia seguinte. No dia 24 de Abril, o encontro termina com o debate sobre uma questão prévia: o voto de segredo das conversações deveria ou não ser quebrado?

E uma primeira clivagem se abre entre os negociadores. A UNITA entende que a decisão de romper o segredo compete ao mediador, enquanto o Governo angolano defende a manutenção do sigilo. Durão Barroso ouve com atenção e propõe, rápido: "Os contactos serão secretos, mas fonte credível deverá ser autorizada a divulgar o encontro."

O dia termina em Évora sem jornalistas à volta do Convento de Vilaverde. Os homens da segurança estão tranquilos. Lisboa está cheia de angolanos que vêm para participar no I Congresso de Quadros que vivem no exterior. Correm boatos de que "alguma coisa" anda no ar. Os que sabem ou suspeitam deste "encontro secreto" mantêm a boca "selada". Diplomacia "oblige"...

A noite, no convento, é aproveitada pelos homens do Governo de Luanda para descansarem. Chegaram a Portugal nesse mesmo dia e todos tinham passado por Ferreira do Alentejo para participarem no funeral da sogra de Venâncio de Moura, então vice-ministro angolano das Relações Exteriores.

25 de Abril, 9h. Durão Barroso e os angolanos estão de novo sentados na mesa oval de reuniões. O secretário de Estado português comenta: "O clima é bom. Vamos continuar os contactos exploratórios."

Na acta fica escrito que as conversas entre ambas as par-

tes "revelaram pontos comuns". Os angolanos, rezará o texto, demonstraram um "grande sentimento de nacionalidade", querem chegar "a um compromisso para se avançar na paz" e desejam um "entendimento de fórmulas para resolver a guerra". Mais uma vez, a mesa entende que o método de trabalho está na base dos "contactos exploratórios".

Por seu lado, os angolanos querem ver registado em acta que o Governo português deve estar sempre presente nos encontros. E a UNITA salienta o argumento: "O Governo português tem boas relações com ambas as partes."

António Pitra propõe então: "Que se faça um registo escrito desta reunião, que deve ser encarado como 'non paper' e assinado pelas três partes." Mas o general Mango, da UNITA, contrapõe: "Quero esperar pelos resultados que possam constar nesse documento."

Durão Barroso entra então em cena: "Se houver um entendimento prévio, deve elaborar-se o documento, com carácter secreto do seu conteúdo e a ser comunicado ao Governo português."

Na mesa desta reunião está agora o documento de nove pontos que o Governo angolano propõe como "método de abordagem de questões políticas". A UNITA pede autorização para levantar "todas as dúvidas" que surjam à medida que se vai debatendo o documento. E passa-se à discussão em concreto.

O debate surge logo no primeiro ponto, onde se pede o "reconhecimento do Estado e

da legitimidade do Governo". De imediato, a UNITA sublinha que o reconhecimento do Governo pela UNITA foi feito no dia 10 de Abril. O que o movimento de Savimbi questiona é "a legitimidade do governo do MPLA".

Fica pois em acta que "não há aceitação da legitimidade do Governo por parte da UNITA". É então que Luanda propõe a "substituição da palavra 'legitimidade' por 'autoridade' do Governo angolano".

O debate aquece e pede-se a ambas as partes para "moderarem a linguagem". O ponto dois do documento em análise obteve algum consenso. Pede-se "a neutralidade e atitude positiva dos governos estrangeiros". Na acta consta que estes países "devem permitir que os angolanos resolvam os problemas entre si".

O ponto três reacende de novo a polémica. "Tratamento adequado do caso Jonas Savimbi?" Nem pensar, responde a delegação da UNITA: "Se estamos aqui, estamos como representantes do partido liderado por Jonas Savimbi e não aceitamos a fórmula tratamentos especiais ou outra." Mas a delegação do Governo afirma: "Como chefe da UNITA, Jonas Savimbi tem de ter um tratamento próprio, sem nunca, porém, especificar qual.

Em relação ao "desenvolvimento do exército nacional" de Angola, todos estão de acordo. As divergências só surgem quanto às terminologias. A UNITA quer a palavra "formação". O Governo prefere a expressão "desenvolvimento" do exército nacional. No entanto, o impasse é ultra-

dilema dos angolanos do Brasil

Exilados se reúnem no Rio para discutir retorno ao seu país

Maria de Fátima Rodrigues

Há um misto de euforia e incertezas entre os angolanos no Brasil face ao processo de pacificação e democratização que acontece em seu país. É o que se pôde concluir do Primeiro Encontro da Comunidade Angolana Radicada no Brasil que se realizou no sábado durante cinco horas na Escola de Música da UFRJ. Durante a reunião, presidida pelo embaixador angolano em Brasília, Francisco Romão, foram discutidos os acordos de paz assinados no ano passado e o processo para as eleições de setembro, as primeiras desde a independência de Angola, em 1975.

Após 16 anos de guerra civil, o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) — movimento rebelde de direita que combatia o governo do MPLA com a ajuda dos EUA e da África do Sul — selaram a paz em maio de 1991. O conflito, que deixou mais de 350 mil mortos, desencadeou uma diáspora que só ao Brasil trouxe mais de 5 mil angolanos, segundo o cônsul geral, Ismael Diogo. O número de angolanos residentes aqui é estimado pelo cônsul entre 15 e 20 mil.

Um dos objetivos do encontro de sábado — que culminará com a primeira reunião da comunidade angolana radicada no exterior a partir de 29 de junho em Luanda — é justamente iniciar um recenseamento dos refugiados angolanos. “É preciso reunificar a sociedade angolana e promover a participação de todos os cidadãos nacionais na vida política, econômica e sócio-cultural

do país”, proclamou o embaixador Francisco Romão.

Segundo ele, a reunião de Luanda deverá congrega 40 delegados eleitos pelas diferentes associações de angolanos residentes em países estrangeiros e terá como tema central “o papel da diáspora nos processos de democratização e reconstrução econômica de Angola”. No sábado, foram escolhidos três representantes para o encontro de Luanda entre delegados de 10 estados brasileiros que participaram da reunião.

Saudade — Apesar do clima de pacificação e da *saudade da pátria* que se aguçou depois da democratização, muitos angolanos esperam que o governo defina se será ou não permitida a dupla nacionalidade antes de tomar a decisão de regressar. Aliás, este era um dos temas mais candentes durante os debates. “Só a clarificação do problema da nacionalidade abrirá uma perspectiva de decisão”, ponderou o professor Francisco de Souza Santos, um delegado de São Paulo.

Um participante de nacionalidade portuguesa, ávido por votar e voltar ao país, se dizia receoso de optar pela cidadania angolana, temendo a derrota da oposição nas eleições de setembro. “Como é que eu fico se a oposição não se sair vitoriosa?”, indagava o interpelador, mais atormentado que o príncipe dinamarquês e ferrenho partidário da UNITA. O embaixador Francisco Romão, encarregado de esclarecer as questões apresentadas, saiu-se sabiamente da *emboscada*. “Democracia é isto. Não se sabe como a gente vai ficar. O voto é que vai decidir”, respondeu placidamente.

Nas eleições programadas para setembro serão eleitos 223 deputados para a Assembleia Nacional (parlamento unicameral) para um

mandato de quatro anos, além do primeiro presidente escolhido por voto popular. O atual chefe de Estado, o engenheiro José Eduardo dos Santos, do MPLA, e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, já anunciaram suas candidaturas à presidência. Com o objetivo de garantir a lisura do pleito, as Nações Unidas enviarão 400 observadores ao país, que fiscalizarão as eleições em conjunto com representantes de Portugal, EUA e Rússia.

Alguns dos participantes do encontro não saíram satisfeitos com as explicações do corpo diplomático. “O embaixador tergiversa muito”, reclamou o militante da UNITA Antônio Pinho, que está no Brasil há dois anos como empresário. O ex-guerrilheiro repeliu também os partidários da organização que classificam Savimbi como sanguinário e demagogo. “É preciso ter mão firme para comandar um exército de 71 mil homens”, argumentou.

Os angolanos que partiram de seu país quando da implantação do regime de partido único eram em sua maioria empresários, comerciantes e profissionais bem-sucedidos, explica um participante. Agora, o governo quer que essa gente invista em Angola. “Precisamos da ajuda de vocês para que possamos reconstruir o país”, exortou o cônsul. “Queremos voltar e investir em Angola, mas estamos ainda inseguros”, diz um industrial radicado aqui.

Todo esse emaranhado de dúvidas deve, no entanto, se dissipar, acredita a advogada brasileira Edileia Sylvêre que, apesar de não ser angolana, é uma grande admiradora do povo e do país. Edileia acha que o país superará a crise com facilidade. “O povo angolano é dotado de uma altivez que não encontramos aqui. Isso permitirá que o país saia do buraco rapidamente”, opina.

aceitação dos sete princípios anteriores”.

Mas o Governo contra-argumenta: “A UNITA sempre defendeu não poder haver um cessar-fogo sem ser na base de certos princípios políticos.”

Debate intenso no convento eborense até se chegar a “um princípio de concordância quanto à necessidade de uma base política”, como garante do silenciar das armas. Assim, fica decidido elaborar um acordo sobre um conjunto de princípios, fazer uma declaração de cessar-fogo, estudar as suas modalidades de aplicação e fiscalização, em simultâneo com o desenvolvimento prático da base política.

O último ponto do documento prevê “o estabelecimento de contactos directos e secretos entre o Governo angolano e a UNITA”. Mas, antes de decidir sobre contactos futuros, o Governo de Luanda defende “a não internacionalização dos mecanismos de aplicação e controlo de um cessar-fogo em Angola”. Quanto a isto, a UNITA avança “muitas dúvidas” e decide que reagirá no próximo encontro.

Ao terminar as conversações, ambas as partes declaram que a mediação do Presidente zaireense Mobutu se manterá até que uma delas lhe retire esse mandato. Fica igualmente decidido manter secretos os contactos directos, cabendo ao Governo português marcar o local e data do encontro seguinte.

No último minuto, ambos os ainda beligerantes solicitam que esta reunião não seja divulgada antes do dia 28 de Abril até às 12 horas. Durão Barroso assina a acta. Será durante o Congresso dos Quadros

Angolanos no exterior, que se realiza na FIL, em Lisboa, que o mundo ficou a saber, a grande notícia desse princípio de 1990, que os que faziam a guerra em Angola se sentaram à mesma mesa para falar de paz. Estávamos em Abril, mês talismã da paz entre os portugueses. Para os angolanos, a paz viria um ano depois, também em Portugal. Em Bicesse, no mês de Maio. ■

*exclusivo CNTV/PÚBLICO

EXPRESSO, SÁBADO 25 DE ABRIL DE 1992

Granada fere 24 pessoas no mercado de Cabinda

A EXPLOÇÃO de uma granada, terça-feira, no principal mercado de Cabinda feriu 24 pessoas. O indivíduo que lançou o explosivo pôs-se em fuga antes de ser detido.

As vítimas, três das quais em estado grave, foram transportadas para o Hospital Provincial de Cabinda, onde se encontram sob cuidados intensivos. As autoridades, apesar das diligências efectuadas, ainda não lograram identificar o autor do atentado.

A Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) está a realizar acções militares que mantêm uma certa agitação na província. O movimento independentista voltou a queimar, na terça-feira, um autocarro da companhia petrolífera Gulf-Chevron, elevando para 10 o número de veículos alvo de tais práticas.

passado com a ideia de que serão os especialistas militares de ambas as partes a discutir o assunto.

O ponto cinco também não é pacífico. “Reconciliação nacional dos filhos e filhas de Angola com vista à evolução e aperfeiçoamento da ordem constitucional de acordo com a realidade vigente” é a proposta de Luanda. “Nada feito — contrapõe o general Mango Alicerces — a UNITA não aceita o conceito de ordem constitucional vigente.” E insiste num entendimento prévio quanto a “um cessar-fogo para que a reconciliação seja possível”.

No que refere às eleições gerais, abordadas no ponto seis, o Governo angolano defende a “criação de condições necessárias”: “Deve ser defendido o conceito de desenvolvimento da ordem legal existente dentro de uma evolução de continuidade e sem ruptura, podendo o multipartidarismo vir mais cedo ou mais tarde, dependendo das circunstâncias.” Os negociadores da UNITA reagem, afirmando: “As eleições pressupõem antes de tudo a existência de partidos, recenseamento, paz e um cessar-fogo.”

Mas há consenso fácil no ponto sete que defende o “respeito pelos direitos e liberdades fundamentais”. É um princípio “óbvio” — garantem ao mediador ambas as partes, embora a UNITA continue a insistir no multipartidarismo.

Um cessar-fogo em Angola, todos estão de acordo. Mas o Governo de Luanda propõe “uma declaração de cessar-fogo com base na aceitação dos princípios enunciados”. Rejeição da UNITA: a ideia de cessar-fogo, argumenta, “está manietada pela formulação que, neste ponto, faz depender a

Maratona eleitoralista agita angolanos

EXPRESSO.
SÁBADO 25 DE ABRIL DE 1992

Gustavo Costa
em LUANDA

JOSÉ Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi cruzaram, esta semana, os extremos do país, numa maratona eleitoralista caracterizada por acusações indirectas e por um triunfalismo em que se misturavam a subtilidade e a arrogância. O líder da UNITA foi à província cafeeira do Uije, no Norte de Angola, onde exibiu a sua habitual oratória populista, pretendendo fazer esbater o impacto da crise que o seu movimento atravessa, diante de uma plateia de potenciais eleitores oriundos da etnia ovimbundo. Savimbi foi cáustico em relação à governação do MPLA e triunfal ao assegurar a conquista do poder, depois de Setembro.

Eduardo dos Santos acusou o toque e desceu até à província fronteiriça do Cune, no extremo Sul, onde ocorreram sucessivas vagas de destruição das infra-estruturas, pelos sul-africanos e pela guerrilha da UNITA. Na localidade de Ondjiva, o Presidente passou ao contra-ataque, adoptando uma tática mais astuta: pôs a população a acusar, durante o comício, os rebeldes de principais responsáveis pelo estado de desolação em que se encontra a província.

O estilo das intervenções dos dois principais candidatos presidenciais tem feito aumentar o tom das acusações mútuas, deixando antever uma

campanha eleitoral em que a vida íntima de Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi venha a ser «beliscada». Se, no Uije, o líder da UNITA se confrontou com um eleitorado cuja intervenção na vida pública gira à volta do pequeno comércio estimulado pela entrada e saída descontrolada de produtos na fronteira com o Zaire, no Chiualé, o Presidente retirou dividendos das desavenças que opõem a etnia cuanhama à UNITA, por alegadas barbaridades praticadas, durante a guerra, contra alguns dos seus mais notáveis representantes.

O fantasma do «nitismo»

À margem desta disputa de «elefantes», que acentua a bipolarização da luta política em Angola, hoje, quando terminar a primeira convenção do Partido Renovador Democrático (PRD), ficar-se-á a saber se Joaquim Pinto de Andrade conseguiu afastar o fantasma do «nitismo». A aliança entre antigos elementos afectos à Revolta Activa e figuras preponderantes no movimento de 27 de Maio parece tender para uma desmistificação deste fenómeno, cuja assimilação «só prejudica o PRD». A verdade é que, se na cúpula parece existir um aparente consenso, torna-se cada vez mais difícil ignorar o hiato existente entre as posições da direcção e as bases desta formação política. As bases não só ainda não digeriram

essa aliança como estão dominadas por um certo dom Sebastianismo que se criou à volta da figura de Nito Alves.

A actual direcção do PRD recusa-se, entretanto, a assumir o 27 de Maio como «pivotal» da sua campanha política, qualificando essa tentativa de colagem à intentona golpista como «manobra eleitoralista de regime».

Aliança PRD-UNITA?

Mas não deixa de manifestar os seus receios quanto a um eventual descontrolo da sua massa militante, que ainda vê em Nito Alves a figura lendária cujo ideário esquerdista deve inspirar a acção do PRD.

Joaquim Pinto de Andrade, que ultimamente tem feito questão de se demarcar do fenómeno «nitista», poderá sair ileso desta sua primeira prova de fogo, mas é admissível uma radicalização de posições da ala ortodoxa do PRD que ponham em causa o seu prestígio e a aliança entre «nitistas» e a Revolta Activa. Para os sectores mais moderados do PRD, o importante não é escarpelizar o 27 de Maio, mas «marcar a diferença» como um dos principais partidos da oposição civil sem, contudo, deixar de «conferir uma interpretação histórica transparente deste fenómeno, que não diz respeito a nenhum partido político em exclusivo, mas a toda a sociedade».

Crescem suspeitas de que o PRD possa vir a fazer uma aliança com a UNITA, numa altura em que as críticas de alguns dos seus dirigentes começam já a pôr em causa a figura de Agostinho Neto. Fontes diplomáticas admitem que os americanos, que prometeram ajuda financeira ao PRD, entretanto recusada por esta estar condicionada à sua aliança com o movimento de Jonas Savimbi, poderiam estar por detrás desta jogada, que visaria minar o potencial eleitoral urbano do MPLA. Em contrapartida, o MPLA poderá vir a fazer uma aliança com a FNLA.

Uma coisa parece ser certa: a sorte do PRD passa por esta convenção, e ou abraça o projecto defendido pela corrente moderada ou, aderindo euforicamente ao «nitismo», terá os dias contados. Para alguns observadores, muito dificilmente, no entanto, também Eduardo dos Santos deixará de ser visado na cruzada do PRD, envolvendo a sua suposta convívência com alguns alegados casos de violação dos Direitos Humanos.

O MPLA, porém, não só se prepara para dar um golpe de misericórdia à colagem do plano de Nito Alves e Sita Vales à ala mais ortodoxa do ex-regime comunista da ex-União Soviética, como para denunciar o extremismo que, em matéria de Direitos Humanos, caracterizava a actuação dos chamados fraccionistas, antes da tentativa do golpe de Estado, em 27 de Maio de 1977.

Angola

Pinto de Andrade deixou o PRD

UMA FIGURA histórica da luta pela independência de Angola, Joaquim Pinto de Andrade, antigo dissidente do MPLA, deixou ontem o Partido Renovador Democrático (PRD), cuja convenção nacional o afastou da respectiva presidência.

Luis dos Passos, que ocupava até agora o cargo de secretário-geral da jovem formação, foi eleito presidente, depois de a maioria dos delegados ter rejeitado a permanência de Pinto de Andrade no lugar. E o jurista Vicente Junior, que era o secretário para Relações Exteriores, passou a secretário-geral.

Perante o triunfo de uma geração mais nova (normalmente associada à movimentação de 27 de Maio de 1977, liderada por Nito Alves), o veterano Pinto de Andrade decidiu abandonar o PRD, de que era a figura mais conhecida no estrangeiro. Mas ainda não se sabe qual é que irá ser agora o seu posicionamento político: fundar um novo partido ou reaproximar-se do MPLA, que terá um congresso extraordinário de 6 a 8 de Maio?

Sábado, durante um comício nos arredores de Luanda, o líder da UNITA, Jonas Savimbi, atacou o Partido Renovador

Democrático, que na véspera pedira ao eleitorado para derrotar nas urnas as duas forças que duramte mais de 16 anos travaram uma guerra civil em Angola.

A UNITA esperava que alguns dos chamados «partidos emergentes» fizessem com ela uma frente comum contra o MPLA, pelo que se ressentiu do facto de o PRD se querer manter absolutamente equidistante das duas partes.

Numa aparente referência a Joaquim Pinto de Andrade, Savimbi falou dos que «adormeceram quando os cubanos entraram em Angola e só acordaram depois dos acordos de Bicesse» (que em Maio do ano passado estabeleceram a paz).

Por outro lado, o polémico chefe da UNITA voltou a manifestar dúvidas de que o regime presidido por José Eduardo dos Santos queira realmente efectuar eleições no fim de Setembro: e deixou no ar uma ameaça velada, ao dizer que «o Governo será responsável pela desgraça que acontecer» se as eleições não se efectuarem naquela data.

Segundo ele, «o compromisso entre a UNITA e o Governo cessa no dia 30 de Setembro» ... ■

Democracia "irreversível"

AS AUTORIDADES da Guiné-Bissau vão principiar de imediato o recenseamento eleitoral, considerado fundamental para a realização de eleições presidenciais, legislativas e autárquicas — diz o Programa do Governo recentemente elaborado pelo gabinete do primeiro-ministro, Carlos Correia, e de que uma cópia foi facultada ao PÚBLICO.

Uma comissão eleitoral será criada em breve, a fim de seguir todo o processo eleitoral, que deverá arrancar ainda este ano, segundo as propostas do PAIGC, acerca das quais ainda não houve porém diálogo com a oposição.

Estabilizar a economia a médio prazo é o objectivo fundamental deste Governo, que afirma estar empenhado no processo de democratização, no saneamento do ambiente ma-

croeconómico, no relance da produção e na reabilitação dos sectores da saúde e da educação, indo assim ao encontro de muitas das críticas que têm sido formuladas pelos adversários do regime.

"O processo democrático é indispensável e irreversível" — declara agora o Governo da Guiné-Bissau, que ainda há poucos meses estava a ser acusado de fazer arrastar por demasiado tempo a transição do monopartidarismo para uma verdadeira prática pluralista.

"Torna-se imperativa a criação de instituições democráticas susceptíveis de garantir um envolvimento cada vez maior e mais organizado das populações, sobretudo da sociedade civil" — diz o documento que o gabinete do primeiro-ministro facultou ao nosso jornal e que ainda é pouco conhecido em Bissau.

Depois de já existirem leis dos partidos políticos, da Im-

prensa, do Conselho Nacional de Comunicação Social, de liberdade sindical, de greve e de requisição civil, vão ser "aprovados nos próximos tempos" a lei eleitoral, a lei da nacionalidade e a revisão constitucional.

O regime de João Bernardo Vieira afirma que o défice alimentar passou de 30.024 toneladas em 1986 para cerca de 15.000 no ano passado e que as exportações estão a aumentar, atribuindo uma importância capital às negociações em curso com o Banco Mundial.

No campo do turismo, promete elaborar um Plano Director, melhorar o Museu Nacional de Arte, encorajar as iniciativas privadas e a implantação de hotéis e restaurantes em Bissau e no interior do país. A aposta será especialmente virada para os em-

preendimentos de Maio e Bubaque, nas ilhas Bijagós, e para o de Varela, junto à fronteira com o Senegal.

No sector da saúde, o Governo reconhece que a Guiné-Bissau ainda tem hoje em dia uma mortalidade infantil de 140 por mil e que nem sequer um quarto da população total chega a beneficiar de água potável.

O paludismo, as infecções respiratórias, a tuberculose, a oncocercose (ou "cegueira dos rios"), o tétano e a malnutrição ceifam uma boa parte das crianças guineenses — reconhece o programa governamental, que no entanto é omissivo quanto à incidência da SIDA naquele território da África Ocidental.

Outras iniciativas anunciadas pelo regime, neste ano em que se aproximam as primeiras eleições pluralistas, são uma lei do urbanismo e planeamento territorial, o loteamento e a concessão de terrenos infra-estruturados em zonas adequadas, de modo a enfrentar a actual carência habitacional.

A Formosa decidiu financiar com sete milhões de dólares norte-americanos a construção de dezenas de casas e de apartamentos na Guiné-Bissau. ■

Jorge Heitor

Presidente de São Tomé demitiu Governo por decreto

Crise tropical

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 24 ABRIL 1987

Manuel Dende
em São Tomé

Miguel Trovoada escutou os manifestantes que vinham pedindo a substituição do Governo de São Tomé e demitiu-o mesmo.

Por decreto. O partido do primeiro-ministro Daniel Daio fala de um golpe "à Fujimori". A crise tropical no pequeno arquipélago parece estar para durar.

O Presidente de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, demitiu quarta-feira à noite, por decreto presidencial, o Governo do primeiro-ministro Daniel Daio, depois de três semanas de indecisão quanto a uma atitude a assumir para pôr termo à crise política. Crise com origem nas clivagens entre o Governo e a Presidência da República.

O decreto presidencial que demitiu o Executivo refere a necessidade de acabar com a crise, criar as condições necessárias para o normal funcionamento das instituições.

Surgiu precisamente um

ano depois da tomada de posse do governo constitucional e a menos de 24 horas do início da discussão na Assembleia Nacional de uma moção de confiança apresentada pelo Governo ao parlamento. O facto suscitou de resto uma reacção violenta por parte da bancada parlamentar do Partido da Convergência Democrática (PCD), no poder, que estava confiante na aprovação, sem dificuldades, da moção.

O ministro da Justiça, Olegário Tiny, considerou a decisão do Presidente da República como um acto de prepotência e de ilegalidade constitucional e disse que Trovoada deverá assumir todas as suas consequências da sua decisão.

Tiny assinalou: "Estamos perante um caso de golpe de Estado institucional semelhante ao que aconteceu no Peru levado a cabo pelo Presidente Fujimori".

Ajuste de contas?

Para além de considerações de carácter jurídico sobre a demissão, o decreto de Miguel Trovoada diz que Daniel Daio e o seu Executivo devem permanecer em funções, mas apenas com um carácter de gestão dos assuntos correntes, até à nomeação de um novo primeiro-ministro.

A seguir à publicação do decreto, Miguel Trovoada fez uma comunicação à nação, explicando que tomara a sua decisão "depois de uma reflexão pro-

funda, aturada, paciente, longa e ponderada" e que ela não tinha que ver com questões de incompatibilidade pessoal ou discordância política.

O Presidente disse ter optado pela demissão depois de se terem "esgotado todos os recursos" ao seu alcance "na pesquisa tenaz e paciente na procura de uma solução para a actual situação".

Trovoada insistiu claramente em afastar a ideia de um ajuste de contas entre ele e Daniel Daio: "Nota-se o propósito de escamotear o verdadeiro problema para distrair a opinião pública com fabulações, tentando fazer acreditar a ideia de que tudo não passa de um ajuste de contas entre o parlamento e o primeiro-ministro.

"Em referência ao episódio da minha prisão em 1979, altura em que o senhor Daniel Daio era ministro da Defesa e Segurança, eu compreendo perfeitamente a dificuldade que têm indivíduos que fizeram do ódio uma religião e da vingança um postulado em poderem interpretar atitudes alheias, mesmo políticas, que eles confundem sempre com as pessoais".

Manifestações decisivas

Para observadores em São Tomé, a demissão do Executivo de Daniel Daio reflecte a pressão popular que vinha sendo exercida sobre o Presidente

nesse sentido. No espaço de 12 dias, duas manifestações paralisaram praticamente a capital, com milhares de pessoas a exigirem o afastamento de Daio.

A última das manifestações, realizada na terça-feira, marcou oficialmente o início da aliança entre os dois principais partidos da oposição, o MLS-TP/PSD, ex-partido único, e o Partido Democrático/CODO. "Povo põe, povo tira" e "Daio vai para casa" foram algumas das palavras de ordem gritadas e Trovoada prometeu então aos manifestantes que tomaria em breve uma decisão sobre o futuro do Executivo.

Na base da contestação estão os efeitos negativos sobre o nível de vida dos 130 mil habitantes do arquipélago do programa de ajustamento estrutural aplicado sob a orientação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Mas responsáveis do Governo acreditam que a crise ainda se vai tornar mais grave, e isto porque, segundo a leitura que fazem da Constituição, Trovoada terá de convidar o PCD para nomear um novo primeiro-ministro, que não será outro que Daniel Daio.

"Em caso de formarmos um novo governo, apresentaremos os mesmos elementos", disse ao PÚBLICO uma fonte do Governo do PCD. O que apenas significa que a crise vai continuar. ■

Guerra em Moçambique está para durar

A DÉCIMA ronda das conversações de Roma já só será em Maio e não é de prever que a paz em Moçambique possa ser assinada antes do fim do ano — disseram fontes ligadas àquele processo negocial, que se tem arrastado há quase dois anos porque nenhuma das partes tem verdadeira confiança na outra.

A Renamo prefere talvez aguardar a organização das eleições em Angola e o seu desfecho antes de se comprometer claramente com a assinatura de um acordo de paz, que de qualquer modo ainda demoraria muitas semanas até ser completamente respeitado (dada a enorme extensão que vai desde a província de Cabo Delgado, no norte, à de Maputo, no sul) — considerou uma das fontes contactadas pelo PÚBLICO, na altura em que a mediação italiana anunciava que a ronda prevista para a segunda quinzena de Abril está com cerca de um mês de atraso.

O Presidente moçambicano,

Joaquim Chissano, afirmou sexta-feira na cidade da Beira que só aceita conferenciar com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, quando for possível estabelecer a paz. E voltou a acusar a Renamo de "não querer construir a democracia por métodos democráticos".

Entretanto, no Malawi, Dhlakama conferenciou sábado com o secretário de estado adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen (que dias antes estivera com Chissano), e aceitou que as questões militares façam parte da agenda na décima ronda das conversações; desde que as alterações constitucionais reivindicadas pelo seu movimento também sejam incluídas.

Os Estados Unidos têm vindo a tentar desbloquear as negociações de Roma e Portugal também vai ajudar a Itália no seu papel de mediano. Mas mesmo assim alguns observadores daquele processo

receiam que a paz em Moçambique (país onde a situação das populações se degradou imenso durante a última década) só seja possível em 1993, não se efectuando possivelmente as primeiras eleições pluralistas antes de 1994. ■ J.M.

Petroleiro afunda-se na costa moçambicana

O PETROLEIRO "Katrina P" afundou-se às primeiras horas de ontem com 60 mil toneladas de petróleo a bordo, a 190 quilómetros da costa moçambicana. O navio de armador grego e com pavilhão de Malta, estava a ser rebocado por um barco sul-africano para o mar alto, para transferir o petróleo para outro navio.

"Katrina P" encalhou no dia 17 num banco de areia na costa moçambicana, junto a Maputo, danificando o casco e derramando o petróleo pelas praias da capital o que provocou o maior acidente ecológico já registado nas águas moçambicanas.

Na baía de Maputo e praias vizinhas, peritos britânicos e americanos estão a ajudar as autoridades locais a limpar as três mil toneladas de petróleo que o barco derramou. Material vindo do centro de de Southampton — especializado em mares negras — e embarcado em três barcos moçambicanos, aspiram o petróleo nas águas da baía.

As operações de reboque visavam conduzir o navio para o meio do canal de Moçambique, a mais de 200 milhas (360 quilómetros) da costa, em torno da zona económica exclusiva do país. Segundo João Si-

toe, director-adjunto da navegação, o petróleo que se encontra ainda nos paióis de "Katrina P" seria aspirado para outro petroleiro que os armadores gregos tinham enviado do Golfo.

Sitoe revelou que as faturas da zona média do b. se estenderam a todo o casco. A tripulação abandonou o navio, tendo em seguida cortado as cordas que o ligavam ao rebocador. Logo depois, o "Katrina P" afundou-se rapidamente numa zona suficientemente longe da costa, o que afastou o perigo de contaminação. ■

Moçambique abre inquérito

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 22 ABRIL 1992

Maré negra atinge praias de Maputo

ENORMES MANCHAS de óleo podem já ser observadas na Praia da Costa do Sol, junto a Maputo, uma das mais frequentadas da capital moçambicana, a cerca de 500 metros do continente.

Até ontem, mais de três mil toneladas de "fuel oil" tinham sido derramadas de um dos porões do petroleiro grego Katina P, encalhado num banco de areia em águas moçambicanas a cerca de 50 quilómetros a norte de Maputo.

No local encontram-se já um rebocador sul-africano, sete peritos britânicos da Oil Spill Services Centre e mais de 40 toneladas de material de combate à poluição e limpeza das águas.

No entanto, um grupo denominado "Amigos do Ambiente" sobrevoou na manhã de ontem o local, não tendo confirmado qualquer movimento.

O mar mantém-se tranquilo, o que pode augurar que até à chegada dos petroleiros com os tanques vazios, hoje de manhã, para bombear o restante combustível, o petroleiro grego consiga manter-se sem que derrame o combustível ainda existente nos seus porões. Mas se tal não acontecer corre-se o risco de o barco se partir, pois os serviços de meteorologia de Maputo prevêem a ocorrência de uma frente fria, com rajadas de vento, para amanhã.

O Katina P sofreu um rombo no casco ainda em águas sul-africanas, havendo suspeitas de que os seus pedidos de socorro tenham sido ignorados pelas autoridades marítimas daquele país, vindo depois o comandante a encalhar o navio num banco de areia já em águas moçambicanas na tentativa de controlar a situação do navio.

Inquérito

As autoridades moçambicanas abriram um inquérito e confiscaram toda a documentação da embarcação, que transportava nos porões mais de 60 mil toneladas de "fuel oil".

Moçambique tenciona igualmente pedir responsabilidades ao armador do petroleiro e à companhia seguradora. O vice-ministro dos Transportes e Comunicações, Isias Muhate, afirmou em conferência de imprensa que Moçambique não possui meios para enfrentar a situação, uma vez que apenas existem no país três barcos-tanques, com uma capacidade global de cinco mil toneladas de óleo, insuficientes para resolver o problema. Entretanto, o comandante do Katina P tem-se deslocado todos os dias ao navio para controlar a situação. ■

Teresa Lima, em Maputo

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 23 ABRIL 1992

Empresários sul-africanos invadem Moçambique

EMPRESÁRIOS sul-africanos estão a instalar-se em Moçambique, com aparente sucesso, em múltiplas áreas de negócio desde a hotelaria à venda de hamburguers, passando pela criação de gado, os plásticos ou a construção naval.

Um artigo de Iain Christie divulgado pela agência Reuters dá conta de uma autêntica invasão de Moçambique por parte de empresários sul africanos que se estão a instalar um pouco por todo o território aparentemente recolhendo os dividendos da paz.

A presença dos empresários brancos de Pretória faz-se sentir por exemplo na recuperação do sector da hotelaria onde parecem estar a obter lucros substanciais. Um vendedor de hamburguers disse que a margem

obtida na venda de um simples "cachorro" por pouco mais de um dólar "nunca, nunca, nunca" seria conseguida por um empresário do mesmo ramo na África do Sul.

O artigo refere ainda a excelente recepção de que estes empresários parecem ser alvo apesar do seu país ter sido visto ao longo de mais de 15 anos como um dos principais financiadores da guerra em Moçambique e num momento em que os dois países não dispõem sequer de relações diplomáticas existindo apenas no Maputo uma representação comercial de Pretória.

Entre os sul-africanos com sucesso no país destaca-se o gestor do Hotel Polana, que o artigo refere como "uma relíquia" colonial portuguesa. ■

Grã-Bretanha e África do Sul ajudam a limpar a ma... negra

Mancha de "fuel" invade baía de Maputo

MAIS DE três mil toneladas de "fuel oil" foram até ontem derramadas na costa sul de Moçambique, a 32 milhas da Baía de Maputo, pelo petroleiro grego "Katina P", encalhado desde sábado num banco de areia naquela zona.

O governo moçambicano reuniu-se de emergência por duas vezes no domingo, estando neste momento, juntamente com a companhia armadora, a estudar o modo de minorar o que já é considerado o maior desastre ecológico na costa leste africana. Os maiores

acidentes registaram-se nos anos oitenta, em Mombaça e em Dar es Salam e a maior quantidade de combustível derramado no mar não ultrapassou as cem toneladas.

O petroleiro, ostentando o pavilhão de Malta mas propriedade de armadores gregos, vinha da Venezuela, tendo como destino os Emirados Árabes Unidos, e sofreu um rombo no casco no último fim-de-semana. O comandante encalhou-o propositadamente num banco de areia, para evitar que a embarcação adormesse.

O navio, cuja tripulação já foi evacuada, transportava 60 mil toneladas de "fuel oil". O equipamento técnico para a limpeza das águas poluídas, assim como sete peritos britânicos, foram já transportados para o local do acidente, a cerca de 50 quilómetros da cidade de Maputo. A Grã-Bretanha disponibilizou 250 mil libras esterlinas para as operações, visando impedir o alastramento da mancha de "fuel", que neste momento se encaminha para a baía de Maputo. Amanhã chegarão ao local

petroleiros vazios, um do Dubai e outro da África do Sul, para tentar bombar o combustível remanescente no cargueiro grego.

Biólogos, ecologistas e especialistas em fauna selvagem lançaram já um alerta para o que consideram a maior catástrofe ecológica na história de Moçambique e os perigos que ameaçam a população, a economia e o meio ambiente.

A baía de Maputo possui 10.300 hectares de florestas de mangal, viveiro por excelência de

crustácea particularmente do camarão, que representa 40 por cento das exportações moçambicanas. A forte concentração da população na zona costeira, dependendo dos recursos marinhos, torna a situação ainda mais grave dada a situação de seca que se vive no sul do país.

A grande amplitude das marés e os ventos fortes soprando do mar para a terra agravaram a situação, já que empurram a mancha de "fuel" para a costa. A ausência de chuvas faz com que o caudal dos rios esteja reduzido, impedindo que possam actuar como barreira contra a penetração da mancha de óleo derramado no mar. ■

Teresa Lima em Maputo

PÚBLICO
TERÇA-FEIRA, 21 ABRIL 1992

Maputo: petroleiro grego já em águas internacionais

O PETROLEIRO grego Katina P., encalhado na semana passada ao largo da costa moçambicana, foi ontem levado para águas internacionais por um super-rebocador sul-africano. A operação de bombagem das 60 mil toneladas de combustível que ainda se encontram a bordo terá início logo que o navio se encontre a uma distância da costa que não a ponha em risco e será feita por dois petroleiros-tanques.

A mancha de óleo que se estendeu por mais de 50 quilómetros ao longo da costa sul de Moçambique, resultante do derrame de mais de três mil toneladas de "fuel oil", está a ter consequências trágicas no ecossistema e na população. As autoridades proibiram já a pesca em toda a baía de Maputo. Calcula-se que na região existam cerca de 20

mil pescadores, entre artesanais, semi-industriais e industriais.

Um comunicado conjunto do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado das Pescas veda também o acesso dos banhistas às praias, e a indústria do turismo, que dava agora os primeiros passos após anos de inatividade, encontra-se seriamente comprometida.

Procede-se, entretanto, aos trabalhos de limpeza das águas poluídas, a cargo de sete peritos britânicos, enquanto uma missão técnica dos Estados Unidos investiga o impacto ambiental do acidente. Em estudo estão também os seus efeitos ao nível das comunidades, bem como as possibilidades de o Governo vir a obter uma justa indemnização. ■

Teresa Lima, em Maputo

PÚBLICO
24 ABRIL 1992

EXPRESSO, SÁBADO 25 DE ABRIL DE 1992

Trovoada demite Daio

O PRESIDENTE de S. Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, demitiu quarta-feira o primeiro-ministro, Daniel Daio. O Executivo chefiado por Daio fora o primeiro resultante de eleições pluripartidárias na ex-colónia portuguesa, em Janeiro de 1991, das quais saiu vencedor o Partido da Convergência Democrática (PCD). O acto do Presidente são-tomense e a situação dele resultan-

te serão discutidos hoje numa reunião do PDC, ao qual foi dado o prazo de uma semana para constituir Governo. Se o PDC se recusar a fazê-lo, Miguel Trovoada terá que dissolver o Parlamento e convocar novas eleições.

A demissão de Daniel Daio teve lugar um dia depois de 7 mil pessoas se terem manifestado na capital contra a sua política económica.

S. Tomé Trovoada promete decisão sobre Governo

O PRESIDENTE de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, prometeu para os próximos dias uma decisão sobre o futuro do Governo, depois de uma segunda manifestação em doze dias exigindo a demissão do Executivo ter praticamente paralisado a capital.

Milhares de manifestantes percorreram ontem de manhã várias ruas de São Tomé, exigindo ao Presidente Miguel Trovoada a demissão do primeiro-ministro, Daniel Daio.

Esta manifestação marcou oficialmente o início da aliança entre os dois principais partidos da oposição, o MLSTP/PSD (ex-partido único) e o Partido Democrático/CODO.

"Povo põe. Povo tira" e "Daio vai pra casa" — foram as frases mais gritadas pelos manifestantes que se dirigiram ao presidente da Assembleia Nacional, Leonel Mário d'Alva, onde entregaram uma mensagem a pedir a queda do Executivo. O mesmo aconteceu diante do palácio presidencial de Miguel Trovoada.

Os manifestantes, que convergiram de várias cidades do arquipélago, provocaram uma virtual paralisação da actividade da administração pública e das empresas produtoras de cacau, o principal produto de exportação são-tomense.

Perante a ameaça dos manifestantes de voltar à carga paralisando completamente o país, Miguel Trovoada prometeu a Carlos Graça e Gomes da Silva, dirigentes dos dois partidos organizadores, tomar nos próximos dias uma "decisão, mas que não acarrete custos económicos maiores".

Especula-se em São Tomé que o Presidente poderá anunciar a demissão do Executivo e a constituição de um Governo de consenso nacional, recusado pelo partido no poder, o PCD/GR. Este contrapôs com uma moção de confiança para salvar Daniel Daio, acusado pelo chefe de Estado de "deslealdade institucional" e de ser responsável pela crise política que o país atravessa. ■

Manuel Dando, em S. Tomé

Cinco semanas depois de ter saído um espectacular vencedor do referendo organizado entre a comunidade branca da África do Sul, o Presidente Frederik de Klerk lançou agora uma nova jogada, de certo na esperança de ter tanto êxito quanto na anterior.

Consiste a mesma, embora alguns pormenores estejam ainda por revelar, em chamar todo o eleitorado às urnas, o mais depressa possível, e em lhe pedir que indique os políticos em que mais confia, para com eles se formar um executivo provisório.

Trata-se, no fundo, da sua antiga ideia de uma Presidência Colectiva, já contestada em ocasiões anteriores por alguns, como o líder do Partido Inkatha, Mangosuthu Buthelezi; mas traz a vantagem de dizer que todos os sul-africanos já poderão votar, lado a lado, sejam eles brancos, negros, mestiços ou indianos.

Ninguém de particular importância lhe respondeu de imediato. As diversas partes preferem aguardar que o Presidente seja mais preciso, dizendo muito claramente quando é que a consulta poderia ter lugar e como é que a partir dela se formaria um colégio de três ou de cinco elementos para administrar a África do Sul durante um período interino.

Se bem que se saiba que é mais fácil chamar toda a população às urnas para umas eleições presidenciais muito "sui

generis" do que para umas legislativas em que haveria que fazer uma clara delimitação de círculos eleitorais, também é claro que De Klerk entende — por si só — ter mais votos do que aqueles de que beneficia o Partido Nacional no poder desde 1948.

O Presidente julga aparentemente que, em circunstâncias destas, poderia congregiar os votos de mais de dois terços dos cinco milhões de brancos, de cerca de dois terços dos três milhões e meio de mestiços, da quase totalidade de um milhão de indianos e, ainda, de uns quanto por cento dos 31 milhões de negros. Ficaria, assim, com o apoio de um quinto a um quarto de toda a África do Sul, podendo perpetuar a sua influência por mais alguns anos.

Apesar de os homens que com ele compartilhariam a Presidência ainda não se terem pronunciado sobre o discurso concreto que fez quinta-feira na Cidade do Cabo, a Liga dos Jovens do ANC, radical, comentou que Frederik de Klerk está a tentar colocar-se acima das decisões da Convenção para uma África do Sul democrática (Codesa).

Alguns observadores crêem que, numa Presidência colegial, De Klerk se poderia aproveitar uma vez mais, como se crê que já o fez no passado, das rivalidades bem patentes entre os dois principais políticos negros do país: o líder do ANC,

Nelson Mandela, e Mangosuthu Buthelezi.

Segundo o discurso de quinta-feira no Parlamento, as decisões seriam tomadas pelo consenso dos três a cinco elementos que viessem a constituir o Conselho Executivo (outro nome possível para a nova entidade) e cada um deles ficaria na Presidência por seis meses.

Um deputado do Partido Democrático, Colin Eglin, logo comentou que isso garantiria que o ANC nunca teria, nos tempos mais próximos, mais de um terço do poder executivo, mesmo que alcançasse uma maioria dos votos (como quase toda a gente crê que acontecerá): "É um conceito interessante, novo e provavelmente inaceitável".

Entretanto, o Presidente teve o cuidado de anunciar legislação que proíbe os exércitos privados, nomeadamente a ala militar do ANC, pois que enquanto houver violência não será possível uma verdadeira democratização do país.

Saber se De Klerk terá tanto êxito nestas suas novas atitudes quanto o teve ao organizar um referendo só entre brancos é algo bem difícil de prever. Mas durante este fim-de-semana Mandela e outros políticos deverão vir a público, de modo a que se compreenda melhor a actual fase do jogo. ■

Jorge Heitor

ANC no Parlamento dos brancos

O CONGRESSO Nacional Africano, de Nelson Mandela, vai estar, pela primeira vez, representado no Parlamento sul-africano, onde os negros ainda não têm voz, graças a cinco deputados brancos que ontem decidiram abandonar o Partido Democrático e aderir ao ANC como independentes.

Dave Dalling, Pierre Cronj, Jan van Eck, Jannie Momberg e Robert Haswell comunicaram a sua decisão numa conferência de imprensa em Joanesburgo: "Aderimos ao ANC para lutar pela libertação plena de todos os sul-africanos [...], para lutar, na prática, pela democracia."

O ANC, que sempre considerou "uma criação do apartheid" o actual Parlamento — onde os brancos dominam, embora os mestiços e os indianos também estejam representados —, ficou deleitado com a atitude dos cinco deputados.

O movimento de Mandela crê que, embora a presente assembleia não tenha deixado de ser racista, os parlamentares desertores devem manter o seu mandato "como independentes". De qualquer modo, nunca poderiam assumir-se como membros do ANC porque a organização não está re-

gistada como partido político.

Quem não gostou da decisão dos cinco deputados foi o líder do Partido Democrático, Zach de Beer. "Eles não se demitiram formalmente e serão expulsos", disse, para depois acrescentar: "afinal, isto pode não ser uma coisa má. O PD crê que ficará melhor sem aqueles cavalheiros, embora, pelo menos no sentido simbólico, o ANC possa obter alguns benefícios com a adesão deles".

Analistas em Joanesburgo crêem que o ANC vai enfrentar sérias dificuldades nas primeiras eleições multirraciais na África do Sul, sobretudo depois que o Partido Nacional, do Presidente Frederik de Klerk, decidiu formar uma coligação nacional incluindo negros e brancos.

Para se tornar mais atraente, o ANC convenceu recentemente o seu líder a divorciar-se de Winnie Mandela, acusada de envolvimento em dois assassinatos de activistas. Ontem, numa entrevista à BBC, Mandela evitou uma vez mais criticar aquela que foi sua mulher durante 33 anos: "Devo-lhe muito, e [a separação] não foi uma decisão fácil. [...] Eu vejo-a como uma grande senhora, mas o que passou, passou." ■

Conselho em vez de De Klerk

O PRESIDENTE sul-africano, Frederik de Klerk, propôs a eleição por sufrágio universal e directo de um "Conselho Executivo" para o substituir e ao seu Governo durante o período de transição que é actualmente objecto de negociações entre as diversas organizações étnicas. Todos os sul-africanos — nomeadamente os negros, até agora sem direito de voto — participariam nesta eleição, a realizar segundo a nova lei eleitoral ainda em discussão. De Klerk disse que a sua proposta constitui um "importante ajustamento" a anteriores projectos governamentais. "Não se trata apenas de uma novidade visando objectivos estratégicos, é uma tentativa honesta de encontrar soluções para vários problemas cruciais", declarou, acrescentando que uma eleição directa permitirá "uma democracia mais ampla". Antes, o Partido Nacional de De Klerk limitava-se a defender um Executivo provisório de iniciativa parlamentar, enquanto o Congresso Nacional Africano de Nelson Mandela insiste na eleição urgente de uma Assembleia Constituinte. O Presidente mantém a ideia de um Executivo colegial, de "três a cinco membros", em representação dos principais partidos, com uma Presidência em rotação de seis em seis meses. ■

Ping-pong político na África do Sul

David Beresford em PRETÓRIA

O PROCESSO de negociação na África do Sul parece-se cada vez mais com a «diplomacia de pingue-pongue» pela qual Henry Kissinger se tornou famoso. Os partidos políticos sul-africanos continuam a aproximar-se entre si, através de uma troca de propostas constitucionais que parece não ter fim, mas não há nada significativo a assinalar.

A mais recente proposta foi apresentada pelo Presidente De Klerk, no Parlamento da Cidade do Cabo, e prevê a criação de um Conselho Executivo de transição que conduzirá o país ao regime democrático, integrado por entre três e cinco membros, eleito por sufrágio universal e com presidência rotativa.

De Klerk disse aos deputados que este seria «um meio rápido e eficaz» de deixar os sul-africanos decidir qual seria o «núcleo de líderes» capazes de os conduzir para a era da democracia. Salientando que os pormenores deste plano teriam ainda que ser desenvolvidos, o Presidente afirmou que a sugestão era a de que todos os partidos deveriam ser autorizados a nomear um candidato para o Executivo interino e que todos os recessados deveriam ter direito ao voto.

Os três a cinco candidatos que obtivessem maior número de votos seriam eleitos membros do Conselho Executivo, exercendo cada um deles um mandato de seis meses. «O líder do Conselho terá o título de Presidente e cumprirá todas as funções de representação de um chefe de Estado.»

Na sua formulação actual, o plano deverá ser recebido com algum ceticismo pelos líderes políticos negros, em parte porque diluiria o peso eleitoral do Congresso Nacional Africano. Embora tenha de longe a maior base de apoio eleitoral, o ANC poderia ser ultrapassado pelos votos dos nacionalistas e de outros partidos minoritários dentro do Conselho.

Enquanto as várias fórmulas constitucionais continuavam a ser discutidas à mesa das negociações, alguns políticos iniciaram nesta semana um processo de reposicionamento partidário face às novas realidades que surgirão após o acordo constitucional.

Os primeiros a saltar a barreira — no que pode marcar o fim da tradição liberal branca na África do Sul — foram cinco deputados brancos do Partido Democrático (DP), que anunciaram a sua adesão ao ANC. Esperam-se mais deserções das fileiras dos democratas, algumas talvez para o Partido Nacional (NP).

O DP reagiu corajosamente a estas deserções, afirmando esperar que o exemplo visse a permitir-lhe a criação de uma base militante negra própria. Mas, com o colapso do «apartheid» — contra o qual o DP lutou durante tantos anos —, há quem duvide que, no leque político sul-africano, venha a haver espaço para este partido, entre o ANC e o NP.

Entretanto, nesta semana, De Klerk procurou também rebater a ideia de recorrer a uma força internacional de manutenção de paz para pôr termo ao terrível surto de violência que se regista nas cidades-satélites negras e que continua a minar o processo de paz.

«A África do Sul é um Estado soberano e cabe ao Governo a responsabilidade de garantir a segurança do Estado. Os pedidos de envolvimento internacional na manutenção da segurança interna não se justificam e são rejeitados pelo Governo», afirmou.

Intervir na África do Sul

O MINISTRO dinamarquês dos Negócios Estrangeiros, Uffe Ellemann-Jensen, em carta aos seus homólogos europeus, propõe o envio de uma comissão de inquérito internacional para a África do Sul, para tentar impedir a violência entre a população negra. «Enviei aos meus colegas uma proposta de envio de uma comissão de inquérito internacional, para determinar as res-

ponsabilidades na escalada de violência na África do Sul», disse ontem o ministro à agência de notícias France Presse. Ellemann-Jensen acrescentou que a sua proposta será discutida na reunião informal dos chefes da diplomacia dos Doze que decorrerá em Guimarães, a 1 de Maio. Trata-se, explicou, de aproveitar a visita da «troika» comunitária àquele país, prevista para Maio, para agir no sentido de fazer parar a violência e impedir que ela destrua o processo de reformas democráticas. ■

«Não» a De Klerk

O PRINCIPAL político negro da África do Sul, Nelson Mandela, rejeitou ontem um plano governamental para uma presidência rotativa e disse que se trata de uma tentativa de prolongar a administração do país pelos brancos.

Outro político negro, o príncipe zulu Mangosuthu Buthelezi, também criticou o plano divulgado quinta-feira pelo Presidente De Klerk, afirmando ser tão ambíguo que seria difícil comentá-lo.

O Chefe do Estado não respondeu ainda às objecções levantadas, mas declarou-se confiante de que seja possível — não disse em quanto tempo — chegar a acordo quanto a uma nova Constituição, embora notasse de que isso de nada serviria sem que haja um reatar do crescimento económico.

Mandela, líder do Congresso Nacional Africano (ANC), que crê contar com a simpatia de mais de metade da população, afirmou-se impaciente por ver a total democratização da África do Sul e acusou o Partido Nacional, do Presidente De Klerk, de querer agarrar-se ao poder a todo o custo.

Segundo ele, o plano governamental de a direcção do país ser partilhada em termos iguais pelos representantes dos principais partidos significaria que uma formação política com peso

minoritário teria tanto poder como uma claramente maioritária.

Quanto a Buthelezi, líder do partido Inkatha, voltou a condenar, como já o fizera em ocasiões anteriores, a ideia de uma Presidência Colegial, dizendo que o necessário é negociar uma nova Constituição e colocá-la depois a referendo.

Numa referência à violência que vai pelo país, designada-

mente nas zonas predominantemente habitadas por negros, Mangosuthu Buthelezi afirmou que a organização de eleições livres e justas não é ainda possível, dado que nem em todos os círculos os partidos podem fazer campanha em igualdade de circunstâncias.

Seis pessoas foram mortas sexta-feira, num novo surto de violência nas localidades dos arredores de Joanesburgo — anunciou ontem a polícia.

Os corpos de duas pessoas mortas em incidentes separados foram descobertos no Soweto, enquanto três outros apareceram em três outras zonas perto da grande metrópole.

Um dos cadáveres descobertos no Soweto estava perto de uma residência de trabalhadores migrantes que tem sido teatro de repetidos confrontos entre os seus ocupantes, maioritariamente zulus, e a população das imediações. ■

PUBLICO SEGUNDA-FEIRA, 27 ABRIL 1992

Du Plessis vítima do IVA

O MINISTRO sul-africano das Finanças, Barend du Plessis, de 52 anos, que o antigo Presidente Pieter Botha tinha escolhido em 1989 para lhe suceder, anunciou ontem que se retira de toda a actividade política no dia 1 de Maio, por estar exausto.

O Presidente De Klerk, que lhe arrebatou nessa altura a liderança do Partido Nacional (e, consequentemente, a chefia do Estado), aceitou já a demissão do homem que há oito anos dirigia a economia da África do Sul e desejou-lhe as melhores, sem no entanto ter

anunciado ainda quem será o próximo ministro das Finanças.

Du Plessis foi hospitalizado há 11 dias, tendo agora dito que se encontra completamente exausto, devido à sua participação nas negociações sobre o futuro do país, à elaboração de «um orçamento muito difícil» e à campanha para o referendo que se realizou no mês passado entre a comunidade branca.

O ministro fora criticado tanto pelo Partido Democrático (dos brancos liberais) como pelo Congresso Nacional Africano (ANC), devido à forma como estava a conduzir a economia.

O ANC pediu mesmo a sua demissão, devido ao Imposto de Valor Acrescentado (IVA) criado

no ano passado e recentemente alargado aos medicamentos e a muitos produtos alimentares básicos, como o leite e o arroz.

Na opinião do movimento presidido por Nelson Mandela, Barend du Plessis é um homem inflexível e que «ignora os factos essenciais da vida» nos centros urbanos habitados pela maioria negra da população sul-africana.

A sua saída verifica-se poucos meses antes de negros, mestiços e indianos serem chamados, segundo se prevê, a participar na governação do país, lado a lado com os brancos. E pode significar mais um passo no período de transição em que a África do Sul se encontra desde que Frederik de Klerk assumiu a Presidência da República. ■

Mandela rejeita plano para os sul-africanos

Deputado pró-negro é expulso de agremiação

Johannesburgo, África do Sul (AP) — O dirigente político negro Nelson Mandela disse, ontem, que o presidente Frederick de Klerk quer conservar o poder, ainda que seu Partido Nacional, no governo, o perca as eleições com participação multirracial, respondendo a uma proposta constitucional do líder do regime branco do governo. O chefe do movimento antissegregacionista Congresso Nacional Africano (CNA) afirmou que a proposta de de Klerk sobre um governo interino é um plano que daria aos pequenos partidos políticos o mesmo poder que teria o principal partido.

formado por entre três e cinco membros, segundo o número de votos que recebessem na eleições nacionais, e o dirigente que o lideraria seria o presidente do país, cargo que seria mudado semestralmente.

Essas eleições, de acordo com o plano, dariam aos negros o direito ao voto pela primeira vez e garantiriam aos dirigentes negros populares, como Mandela, contar com uma banca no conselho e, portanto, com uma oportunidade de exercer a presidência. Mas, também, virtualmente asseguraria ao Partido Nacional uma vaga no conselho, ao determinar que cada partido se visse limitado a apresentar só um candidato, limitando assim a competência.

Sua declarações, na Universidade do Norte, situada no território tribal negro de Lebowa, foram a primeira reação oficial do CNA ao plano do presidente, que tem sido criticado tanto por grupos que apóiam o sistema de segregação racial como os opostos ao mesmo. De Klerk havia proposto, quinta-feira, no Parlamento, a eleição de um conselho executivo, que governará o país durante um período de transição entre o domínio de minoria branca e o poder compartilhado com a maioria negra. Segundo o plano, cada partido político poderia designar um candidato para integrar o conselho, que ficaria

JOHANNESBURGO - O Segregacionista Partido Conservador Sul-Africano expulsou ontem, seu segundo membro do Parlamento desde março, Koos Van Der Merwe, por ser favorável à idéia de participação nas negociações multipartidárias com os grupos políticos negros.

O partido justificou a medida em breve nota, dizendo que a adotou por Van Der Merwe continuar "a não tomar conhecimento da disciplina partidária". A nota não deu outras razões, nem detalhes.

A expulsão seguiu uma reunião da convenção dos conservadores durante o fim-de-semana para discutir a atitude do partido diante dos convites para ingressar na Convenção por uma África do Sul Democrática (Codesa) - fórum no qual grupos políticos brancos e negros estão negociando atualmente a organização da divisão do poder, que colocará em movimento a elaboração de nova Constituição para dar a todos os sul-africanos a igualdade de direitos políticos.

O presidente sul-africano, Frederik de Klerk, ofereceu-

se em seu discurso na abertura do Parlamento, em 24 de janeiro, para acrescentar a questão de um pátria separada para os brancos à agenda da Codesa.

A política oficial dos conservadores é exigir que a África do Sul continue sendo um país governado pelos brancos, com os negros exercendo seus direitos políticos nos guetos a eles destinados, de acordo com o *apartheid* Van Der Merwe e Botha, como outros direitistas de fora do Partido Conservador, acreditam que sua opção realista é negociar uma pátria exclusiva para os brancos.

Van Der Merwe e Botha faziam parte de uma facção do Partido Conservador que conseguiu levar a organização a participar do plebiscito realizado em 17 de março para conhecer a opinião dos brancos sobre a questão das negociações. O partido perdeu e De Klerk recebeu um mandato de 67 por cento para continuá-las. Van Der Merwe é o sétimo membro do Parlamento a ficar fora de uma estrutura partidária nos últimos dois meses.

O LIBERAL
26 ABR 1992

HOJE EM DIA 22 ABR 1992

CNA de Mandela apoiado por 5 deputados brancos

Sul-africanos apelam à paz

JOHANNESBURGO — Os três principais líderes sul-africanos lançaram, ontem, apelos urgentes para cessar a violência no País. Tanto o presidente Frederik De Klerk como o líder do Congresso Nacional Africano (CNA), Nelson Mandela, e o dirigente zulu, Mangosuthi Buthelezi, afirmaram que não pode haver uma verdadeira democracia na África do Sul se continuar a violência. Seus apelos à paz foram feitos perante 1 milhão de pessoas, negras em sua maioria — a maior manifestação já presidida por eles — durante uma concentração em Morija (Transvaal). Foi a primeira vez que os três líderes se reuniram em público após os acordos de paz firmados por eles em setembro de 1991, os quais não conseguiram pôr fim a onda de sangue nos townships do País.

JOHANNESBURGO - Cinco membros brancos do Parlamento sul-africano anunciaram ontem sua filiação ao partido Congresso Nacional Africano (CNA), organização *antiapartheid* liderada por Nelson Mandela. O CNA conseguiu, assim, a representatividade política pela qual luta há quatro décadas. A iniciativa pode representar uma mudança significativa na estratégia política da organização, que sempre considerou o Parlamento, vetado aos negros, como "ilegítimo" e "racista".

Acredita-se que os acontecimentos representem o início da corrida por uma posição política em uma África do Sul pós-regime de segregação racial. Dave Dalling, Pierre Cronje, Jan van Eck, Jannie Momborg e Robert Haswell, que pertenciam ao Partido Liberal, anunciaram sua decisão em entrevista coletiva, afirmando que a filiação ao CNA é o passo mais prático para construir um

futuro não racista para o país.

"Nós agora respondemos ao chamado do senhor Nelson Mandela, que no dia 11 de fevereiro de 1990 pediu a adesão de todos os compatriotas brancos para a formação de uma nova África do Sul", afirmaram os parlamentares em um comunicado conjunto. Advertindo que não pretendem abrir mão de seus mandatos, os parlamentares sustentaram que representam não somente os eleitores que os elegeram, mas também os negros, que não têm direito a voto.

"O Comitê Nacional de Trabalho do Congresso Nacional Africano aceita a presença dos cinco deputados no parlamento. Em nosso entender nossos cinco colegas devem atuar como independentes durante este período de transição e discussões", afirmou um comunicado do grupo divulgado ontem.

PARCO DE PERNAMBUCO